

A CAPITAL

DIÁRIO REPUBLICANO DA NOITE

5059-16.º ano Direção e propriedade do Manual Guimarães Escritórios: R. do Norte, 5—LISBOA

Quarta-feira, 14 de Outubro de 1925

Telef. Triunfada 22—CAPITAL Impressor: Rua da Bica, 71

Preço 30 centavos

WASHINGTON, 13.—O sr. Dwight Davis, que era sub-secretario de Estado da Guerra, foi nomeado secretario de Estado, em substituição do sr. Weeks. — (H.)

DOIS CASOS

ATITUDES DO GENERAL ILHARCO E DO DR. JACINTO NUNES

O sr. general Ilharco enviou ao sr. ministro da Guerra uma petição nov, como replica ao despacho que indeferiu o requerimento em que o sr. Ilharco pediu reconsideração do despacho governamental que o privou das honras e benesses de chanceler das ordens militares. O illustre official quer, agora, que lhe seja permitido vir a publico, por meio da imprensa, a fim de demonstrar que foi victima duma injustiça praticada pelo Chefe do Exercito. Entendemos que o Governo não pode admitir que um militar discuta na praça os seus superiores. Os regulamentos militares expressamente o prohibem; o mais elementar bom senso impõe, como primario dever dum soldado, a obediencia, sem replica, ás ordens do ministro da Guerra, que tem que ser cumpridas, — e mais nada que isso.

A fiscalização dos actos do ministro da Guerra compete exclusivamente ao Parlamento, embora a critica fique livre para a imprensa professional. Pode o sr. general Ilharco, querendo, representar ao Parlamento, porque esse direito assiste a todos os cidadãos portugueses, nos termos da Lei Fundamental; mas não é licito ao sr. general Ilharco improvisar-se em jornalista para eterna: uma questão que não aconselha se dê por fimida. O sr. general Ilharco não tem benção que sofrer resignadamente a situação que se criou, presidido com notavel parcialidade o julgamento dos revoltosos abriistas. Pelo seu lado, o sr. ministro da Guerra não tem senão que mandar arquivar o requerimento em questão, que está fora de todas as normas legais e que nem merece, mesmo, um simples indifferimento.

O ex-presidente do Conselho de Guerra do Arsenal não apreendeu ainda a posição falsa em que se collocou. E' para lamentar! O sr. general Ilharco parece convencido da sua irresponsabilidade, moral que não criminal, em face dos acontecimentos ultimos. Ou o sr. general Ilharco queira ou não queira o facto é que o julgamento dos abriistas tomou aspectos de comicio faccioso contra os poderes constituidos, não tendo o sr. general Ilharco o mais insignificante gesto para opor ao escandaloso em marcha acclerada. E não se diga que o sr. general Ilharco ignorava esse aspecto. Não é verdade. O ex-chanceler das ordens militares lia «A Capital» e aqui lhe foi demonstrado, com factos eloquentes e não com palavras sem sentido, que

o julgamento era pessimamente dirigido, importando num ataque ao Regime, á Ordem e á Disciplina. E tanto o sr. general Ilharco lia «A Capital» que sobre nós se despenhou a colera com uma querela—por emquanto só uma...—que, aliás, não teve nem tera á virtude de nos extinguir a voz.

Atravessamos uma época de renuncias obrigatorias para todos os bons portugueses. A falta de compreensão desta verdade fundamental é que tem levado á pratica do erro muito: homens publicos. O sr. general Ilharco não pode—ou, antes, não deve...—tomar para exemplo das suas atitudes o facto de aparecerem nos jornais, uma vez por outra, proclamações de militares. E' certo que o não terem feito com previa autorisação do Chefe do Exercito. E' illicito, aliás, proceder duma maneira ou d'outra. Mas seria caso originalissimo a abertura do precedente da licenca ministerial para que um chefe militar venha a publico expor razões e queixas contra o Poder Executivo, representado pelo ministro da Guerra. O caso seria tão extraordinário que poderia sugerir uma scena nova para acrescentar á opereta do general Bium.

Resigne-se o sr. general Ilharco a sofrer as consequências do seu partidarismo politico. Não queira agravar uma situação delcída. Porque se persistir em trazer para o debate jornalístico questões que prejudicam a disciplina das forças armadas da Republica, não hesitaremos em aconselhar o Governo, não hesitaremos mesmo em intimar cominatoriamente o Governo da Republica para que adopte medidas coercivas que evitem males maiores, primariamente ocasionados pela doença aguda de que ainda soffre o Exercito e que lhe foi inoculada pelo desvairement que conduziu ao Pronunciamento Militar da Rotunda.

Esse desvairement não é, aliás, peculiar a uma parte do Exercito. Invadiu todas as classes, todos os homens, que transformam em erros graves as mais simples e comesinhas providencias do Poder Executivo. Ainda hoje o sr. Jacinto Nunes publicou no «Seculo» um pequeno artigo, justificando a restauração dos tribunais administrativos com a alegação de que a sua extinção é que foi illegal, mesmo inconstitucional. E não se pode dizer que o sr. Jacinto Nunes arda em paixão pelo actual ministro! Talvez pelo contra-

rio... Mas como a opinião do sr. Jacinto Nunes contraria a campanha contra o Poder Executivo, mesmo quando este se limita á adopção de medidas legalissimas para defesa da Republica, logo «O Seculo» se apresisa a declarar que, desta vez, não concorda com a opinião do velho republicano. As opiniões do sr. Jacinto Nunes são boas quando servem para desprestigar o Governo mas são pessimas quando contrariam a politica de pulverisação das Instituições. E' assim que nesta terra se faz politica!

Esta questão é de lana caprina. Não vale a tinta que se gasta em discuti-la. Os tribunais administrativos foram extintos por um principio de economia, n'um momento que ao Estado parecia muito propicio. A experiencia demonstrou que nem mesmo esse aspecto restricto de economia era de considerar porquanto para não se gastarem quatro vintens e meio se abriam os cofres do Estado a reclamações que tinham de ser satisfeitas com centenas e mesmo milhares de contos. Alem disso, a sequencia do governo da Nação evidenciou ainda que a Republica abria uma porta á invasão subrepticia do inimigo inconcliuo! A ao mesmo tempo que fechava o acesso aos tribunais do contencioso administrativo. Forté com as lições de experiencia, o Governo anunciou que os tribunais administrativos iam ser restabelecidos...

Logo a opposição inconstitucional, que não olha a meios para atingir os seus fins de destruição e anarquia, desatou a vociferar contra o Governo... Há nada mais miseravel que esta politica de faca na liga?... A atitude do Governo é, de resto, pouco compreensivel. Se pensou em restabelecer os tribunais administrativos porque não foi ainda publicado o decreto, que nos consta ter já sido completamente assignado? Pois o Governo não compreenderá que a força dos inimigos do Estado Republicano reside apenas nas hesitações do Poder Executivo? Que o Estado dá sinais de enfraquecimento, caem-lhe todos em cima... Mas se, pelo contrario, o Estado dá publica demonstração de vontade e energia para defesa propria, o inimigo não sabe mesmo onde se ha-de metter, onde se esconderá... E por isso dizemos, mais uma vez, que se publique o decreto de restauração dos tribunais administrativos, se a defesa do Regimen caíesse desse reducto. Fique o Governo certo de que a Carayara seguirá a sua rota, sob o olhar impassivel da lua, que soffre de surdez incuravel. Primeiro que tudo, acima de tudo, a defesa da Republica!

LADISLAV BATALHA

Restabelecido por completo dos incomodos que por tanto tempo o all giram, o nosso preso colaborador e amigo sr. Ladislav Batalha voltou a exercer o professorado, assim como a dar aos nossos leitores a continuação dos seus interessantes artigos «Lisboa de outros tempos». E' duplo motivo para nos congratularmos com o distincto publicista e professor.

Director que se alcança

BERLIM, 14.— Foi preso o director da sucursal do Reichsbank, acusado de um desvio de 600.000 marcos, ouro.—(H.)

HA 7 ANOS

CARVALHO ARAUJO

E O FEITO IMORTAL

“AUGUSTO DE CASTILHO”

Passa hoje o 7.º aniversario do afundamento do caçamina «Augusto Castilho», aquella famosa casquinha de nós que o tenente Carvalho Araujo imortalizou numa luta epica contra um submarino. Passou quasi despercebido o dia de hoje e, incontestavelmente, o dia de hoje é dos maiores da nossa Historia.

Carvalho Araujo, que lutou com uma serenidade, com uma grandeza de animo, com um heroismo só comparavel ás virtudes dos nossos maiores guerreiros antigos, é uma figura que tem na Historia de Portugal um lugar dos mais proeminentes. O seu sacrificio tem, ao menos essa compensação.

Carvalho Araujo, que tinha chegado de Africa havia pouco, onde lutara com a valentia que era o timbre da sua personalidade, comandando a coluna de marinhos que da metropole haviam sido exportados, chegara pouco antes, doente e cansado. Recolheu á sua terra de Traz-os-Montes. Ahi o surpreendeu a ordem de embarque no «Augusto de Castilho», que ia comandar, embora esse comando não lhe pertencesse.

Mas foi. Um submarino, no alto mar, surpreendeu um transatlantico abarrotado de passageiros; li ataca-o. Com uma decisão formidavel, Carvalho Araujo, na ponte do comando, mandou avançar contra o submarino a casquinha de nós do seu commando.

— E' a morte, comandante! gritou-lhe alguem.
— E' o nosso dever!, respondeu Carvalho Araujo. E o «Augusto de Castilho» avançou para o submarino, que fazia fogo contra ele.

Carvalho Araujo foi despedaçado; o «Augusto de Castilho» meio no fundo. Mas o transatlantico e as centenas de vidas que levava a bordo, estavam salvos.

Recolhamos hoje o heroe, evocando o seu feito em toda a sua grandeza; recordamos com ele, os seus camaradas, companheiros de um minuto em que Portugal reviveu toda a sua grandeza antiga.

Os nomes como o de Carvalho Araujo não passam: ficam eternamente, revestidos de luminosa grandeza em que um dia se faigrãam, immortalmente.

Victimas do dever

Pensão de sangue concedida á viuva e filhos dum policia assassinado

O sr. ministro do Interior deferiu o requerimento de Maria da Gloria, em que sollicitava para seus filhos e do falecido guarda da policia civil: 1.300 Policarpo Lucas, a pensão de sangue estabelecida por lei. Esse guarda foi assassinado ha tempos da estrada da Penha de França, recebendo um fudo do golpe de formão nas costas. Os filhos da requerente são: Augusto Lucas, Ester da Conceição Lucas e Esmeralda Teixeira Lucas.

A PROPOSITO

Legitima defesa

Um grande tálago bramam os inimigos do Estado a clamor contra os governantes que castigam aqueles que não servem sem aquil honrosidade e firmeza necessarias a mesmo Estado.

Estalicia ou má-fé representam tais clamores.
E não andarei, francamente, muito longe da verdade se disser que tais palavras são tão somente motivadas por aquela má-fé que tantas desgraças vem acarretando ha muito, anos sobre a terra portuguesa.
O Estado tem o direito de se defender daquelles que servindo-o mal o servem.

E' a mais elementar das normas que lhe podem garantir a sua soberania.
E' curioso se torna observar que são os mesmos que turbulam Primo de Rivera e Mussolini, pelos seus actos de torça que vociferam contra os nossos governantes porque eles defendem o Estado, defendem-no logicamente o regimem.

Universidade de Lisboa

Ano lectivo de 1925-1926

Realiza-se amanhã, ás 14 horas e meia, o sessão inaugural do ano lectivo de 1925-1926 da Universidade de Lisboa. A sessão effectua-se no edificio da Faculdade de Sciencias, rua da Escola Politecnica, sendo a entrada dos convidados pelo portão sul do edificio.

GAMBIOS

Libra cheque: Compra 95\$00, venda a 95\$50.



UM BOATO QUE CIRCU... O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA VAE RENUNCIAR?

O sr. Teixeira Gomes tem sabido, a travéz de tudo, cumprir o seu dever e manter a sua independencia; s. ex., portanto, não renunciará!

Atudimos, n'«A Capital» de ontem, ás especulações que se estão fazendo, não já só em volta do Governo, mas até procurando atingir entidades mais altas, com o proposito de impedir a realisção no proximo dia oito, do acto eleitoral. Não quizeamos evidentemente, dizer o que se tratava na honra. Ua vez, porém, que os jornais da manã fazem a esta hora do assunto, devemos registar que é a renúncia do sr. Presidente da Republica que se faz correr como facto a consumar em breve.

O proposito dessa e doutras noticias constantemente em voga é criar um ambiente de confusão, de intrinsecas difficuldades politicas, de incerteza de não se possivel, por um lado, realisar as eleições; no prazo marcado, por outro, por em cheque a Republica, de modo que os seus inimigos, sempre á espreita, possam, uma vez mais, atacar contra ella.

Não é, de facto, «esborçada e tranquida», a vida do Govern. D'ante dele erguem-se mil embaraços, sobretudo no que se refere aos assuntos adstrictos á pasta da Guerra. Mas, com uma energia notavel e com uma coragem admiravel, o Governo vai resistindo, revolvendo com prudencia e com bom senso, com decisão e com patriotismo, os problemas que se acumulam no seu futuro. Não é, p'is, por essa razão, que as eleições de xaró de ter lugar em 8 de novembro. Siomem os seus inimigos, sabem-no aqueles que, a todo o transe, procuram triunfar e instaurar-se no poder.

Evidentemente, o sr. Teixeira Gomes não está aborrido. A marcha ostensiva, confusa, cheia de solavancos, e orientada para o exclusivo da publicação de uns e pervasidade de outros, deve inclinar-se o seu espirito, fatigado e desolado, mal incomprizibilizáveis com o ambiente. S'ra isso, porém, razão bastante para que o sr. Teixeira resignar o seu alto cargo? De modo nenhum. A função presidencial impõe: deveres patrioticos, impõe: sacrificios, impõe: dolorosas renuncias; sabe-o melhor de que ninguém, o sr. Teixeira Gomes. E, porque o sabe, está nos certos de que: s. ex. já assumiu, para si, que o seu dever nesta conjuntura é ficar na Presidencia.

Que importa que este ou aquil, aventureiros sem escrúpulos, caracteres avariados, vontades sem objectivos, filhos de todas as proisões... de todos os ideais, se entretimam e paibando insuãs, largando calumnias, pnao a correte miseraveis intrigas? O sr. Presidente da Republica já sabe, a esta hora, que vive em um meio de falsidade, de miseraveis expedientes, de intrigas e rpes; no esse ambiente politico é formado assumido, só, porém, não obsta a que s. ex. districte, como disfructa, uma situação de solido prestigio.

O povo respeita o sr. Teixeira Gomes, porque sabe que a preoccupação de s. ex. se tem cifrado em prestigiar as Instituições, collocando-as acima de tudo e ponuendo a coberto de todos os precacões a alta função em que foi investido. Para que falar, então, em renuncia presidencial?

Alem disto, admitindo-se, por um momento, a hip. tese de que o sr. Presi-

dente da Republica renunciava o seu mandato, como? Convojar o Parlamento e Jo mandato termina: apoio o acto eleitoral? Impzível. Esse Parlamento gusou-se, pulverisou-se, segregou-se a si proprio.
De fac o, não existe. No seu s'rio criou-se uma tão confusa, carregada e irrespiravel atmosfera politica, que resulta incalculavel o que dele poderia sair, na hipotese de uma nova eleição presidencial.

De resto, quem nos garante que o novo parlamento, eleito quando se eleger, ratificaria a eleição do parlamento-cadá? Quem pode calcular as surpresas que as eleições gerais trará? Quem pode imaginar a constituição de futuras camaras e, mais ainda, as disposições dos seus membros? A surresa é a tendencia da nossa politica, pelo que é legitimo esperar de ella o que a fantasias e inconcebíveis; porque: vivemos, então, de recusar admitir a possibilidade de sair do futuro parlamento; qualquer manifestação que implicasse em cheque no sr. Presidente eleito p' um parlamento virtualmente inexistente?

Temos, pois, acatando-nos com as hipoteses, que evitar uma situação de anomalia, ainda porque, produzindo-se neste momento a renúncia do sr. da Estado, a queda do Governo seria a sua consequencia inevitavel, visto que ele se constitui num instante de excepcional gravidade politica, e a tinent: para evitar que o sr. Teixeira Gomes se fosse embora.

Saindo o Presidente da Republica, saindo o Governo, estaria fechado o sr. Parlamento—o que ficava? Teriamos o Estado acalado, a situação de anarquia politica. Por D. n. I. D. n. mo-nos de fantasias!

N' este momento temos o que nos abre bem os olhos as realidades. E a realidade mais impressionante é esta: a geração actual é uma geração de sacrificios. Ela sabe o que a sua patria e o seu dever: a crise presente é decisiva.

O seu termo é a solução do pr bem: porque todos hão-de render-se a evidente necessidade de se collocarem nos seus logares. Nós não temos a noção das proporções; daíli to a esta confusão. E' preciso, no entanto, que alicum collocando-se: rigor osimant: na sua poliflo, force os outros, automaticamente, a collocarem-se nas suas. O sr. Presidente da Republica tem sabido cumprir o seu dever nacional mantendo, a travéz d. tudo, — o respeito ás prerogativas de seu cargo.

S. ex., sabendo, com s. b. que o cargo em que está investido é, afinal, um cargo politico, sabe tambem: que não pode ser indifferente ás oscillações e acs sovanços da politica; interessa-se por ela, sem todavia intertirir: intr: re-se: por ella sem comprometer o independencia de que se tem de rev: stir: intr: re-se: por ella — a cima dela.

E' para sua — a sacrificio, sabe-mo-lhe todos; mas uma certa compenarã delo o sr. Teixeira Gomes: a di que o seu successo: poderá exercer o seu mandato num ambiente de tranquilidade, pela arrumação definitiva do problema politico.

A CONFERENCIA

DE LOCARNO

Vae ser redigido definitivamente o pacto de segurança

LOCARNO, 14. — A conferencia ouviu hoje a generalidade do relatório dos juriscosultos sobre o estado dos trabalhos de revisão, a fim de se redigir definitivamente o pacto de segurança, aprovou a maior parte do texto, ficando apenas em suspenso para a proxima discussão alguns pontos. A proxima sessão foi marcada para amanhã ás 17 horas.—H.

Combatentes da Grande Guerra

Um agradecimento da sua Liga a «A Capital»

Da direcção da Liga dos Combatentes da Grande Guerra e da comissão organisadora da tourada ultimamente realisada recebemos o seguinte officio, que de veras nos penhorou:

Sr. Director do Jornal «A Capital» — A Direcção da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, da minha presidencia, cumpre, por meu intermedio, o muito grato dever de expressar a V. a sua gratidão pela colaboração valiosissima que lhe prestou o brilhante e acreditado jornalista da sua mi digna Direcção a proposito da tourada de beneficencia realisada na dia 27 de Setembro findo. O excelente acolhimento e generoso auxilio que sempre encontrámos no seu Jornal os comprehendemos gratiosos e as iniciativas de beneficencia, jornalismo e creator dos maiores louvores e das mais rasgadas sympathias e louvores que pouco licença para lhe significar.

RECOMENDADO PELOS PRIMEIROS MEDICOS DO PAIZ
Farmacia Farmaceutica
R. dos Restauradores, 18

A GREVE COMUNISTA

— EM —

FRANÇA

PARIS, 14.—Os grevistas da construção civil bem como os «chauffeurs», dos taxix retomaram já o trabalho. Entre o pessoal dos auto-omnibus e dos carros electricos, trabalham normalmente devido aos voluntarios, tambem se apresentaram muitos empregados.—H.

Aviação

Devido ás chuvas, não se tem realisado exercicios de vôo nos campos de Cintra, Alverca e Amadora.

A Inspeção de Aeronautica Militar pensa em construir novos «hangars» nos campos de aviação.

Consta que o Ministerio da Guerra auxilia a ida a Espanha e Marrocos dos nossos aviadores, assim como os «raids» Angola e Moçambique.

Xarope Lo Monaco

As bronchites mais rebeldes soam immediatamente com este admiravel balsamico, que não contém derivados de opio. O Ideal para velhos e crianças. Laboratorio Farmacologico Rua Alves Correira, 107.